

NOME: ALEXANDRE COUTINHO DE MELO

TÍTULO: I COLÓQUIO ADOLESCÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTORES: JOSÉ HELENO FERREIRA , ALEXANDRE COUTINHO DE MELO, ALEXANDRE MELO COUTINHO , ; JOSÉ HELENO FERREIRA, MAIRA FERNANDA DE OLIVEIRA MICHETTI,

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAEx

PALAVRA CHAVE: ADOLESCÊNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANO DECENAL

RESUMO

No dia 25 de agosto de 2017, na UEMG – Divinópolis, aconteceu o I Colóquio Adolescência e Políticas Públicas, promovido pelo Programa Institucional de Extensão Direitos da Criança e dos Adolescentes, com o apoio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente (REMSA) da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis.

O Colóquio objetivou a elaboração de um documento que assegure os direitos das crianças e dos adolescentes no âmbito da Educação, Saúde, Serviço Social e Esporte Cultura e Lazer, a ser incorporado no Plano Decenal Direitos Humanos da Criança e Adolescentes de Divinópolis que será apresentado ao poder executivo ainda em 2017. Precedido de encontros envolvendo os setores sociais responsáveis pelas políticas sociais no município – gestores e usuários, o evento contou com quatro Grupos de Trabalho (GT's), discutindo as temáticas Seguridade Social, Educação, Saúde Pública e Esporte, Cultura e Lazer, no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil, tendo como referência básica a proposta elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente (CONANDA) em 2011 e a obra de Irene Rizzini (2012). Os resultados dos GT's foram problematizados a partir de uma roda de conversa intermediada por Luiz Carlos Castelo Branco Rena (PUC-MG), Nádja Cristiane Lappann Botti (UFSJ) e José Heleno Ferreira (UEMG).

O documento final, entregue aos órgãos públicos responsáveis pelas políticas sociais no município e à equipe de elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representa um avanço no debate acerca da realidade da infância e da adolescência no município e contribui para o processo de construção de políticas públicas que possam promover e tornar efetivos os direitos humanos.